

# Sentidos e discursos dos jornais nordestinos sobre o MST

Manoel Moura dos Santos

## Resumo

Este trabalho aponta as vozes antagônicas no discurso heterogêneo de jornais nordestinos, tais como: Jornal do Commercio, O Povo, O Norte, Gazeta de Alagoas, Gazeta de Sergipe, Correio da Bahia, O Estado do Maranhão, Jornal Meio Norte e Diário de Natal. Nosso principal objetivo é compreender os efeitos da heterogeneidade discursiva desses jornais. Tentamos provar a hipótese de que os sentidos deslegitimadores e legitimantes a respeito do MST, resultante da heterogeneidade de vozes, é a base usada pelos jornais nordestinos para produzirem efeitos de sentidos monofônicos sobre os Sem-Terra. Para tanto, usamos como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso, sob a perspectiva de Pêcheux, Mikhail Bakhtin e os estudos enunciativos de Authier-Revuz sobre heterogeneidade, para compreender o discurso-outro no fio dos discursos, e ainda a contribuição de vários estudiosos do discurso, como Orlandi e Indursky, entre outros teóricos do jornalismo a exemplo de Bourdieu e Berger. Para desenvolver este estudo, acompanhamos a cobertura dada as várias ocupações de terras pelo MST, durante o “abril vermelho” de 2004.

## Palavras-chave:

*Heterogeneidade, Vozes antagônicas, Sentidos legitimantes e deslegitimadores*

## Abstract

This work points the antagonistic voices in the heterogeneous periodical speech northeastern, such as: “Jornal do Commercio, O Povo, O Norte, Gazeta de Alagoas, Gazeta de Sergipe, Correio da Bahia, O Estado do Maranhão, Jornal Meio Norte e Diário Meio Norte”. Our main objective is to understand the effect of the discursive heterogeneity of these periodicals. We try to prove the hypothesis supported is that the legitimating and illegitimating senses regarding the “Sem-Terra” (Landless), result of the heterogeneity of the voices, is the basis to produce effects of monophonic senses on the Sem-Terra. For in such a way, we use as referential theoretician-metodológico the Analysis of Speech, under the perspective of Pêcheux, Mikhail Bakhtin and the enunciative studies of Authier-Revuz on heterogeneity, to understand speech-other in the wire of the speeches. The contribution of some scholars of the speech, as Orlandi and Indursky, among others theoreticians of the journalism the example of Bourdieu and Berger. To develop this study, we follow the given covering the some land occupations, made for the MST, during the “abril vermelho” of 2004.

## Key words:

*Heterogeneity, Antagonistic voices, Legitimating and Illegitimating senses*

### Fundamentos das vozes antagônicas

O pressuposto para iniciarmos este estudo é a idéia de que o discurso jornalístico funciona como uma modalidade de discurso sobre e que, por isso, é polifônico. Ou seja, esses discursos são discursos mediadores, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele. Desse princípio inferimos que o discurso dos jornais nordestinos é elaborado de lugares políticos diferentes, produzindo um espaço discursivo marcado pelo antagonismo de Formações Discursivas (FD).

A cobertura do “abril vermelho”, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 2004, pode ser tomado como o exemplo mais atual e contundente desse princípio. Foi aí que as vozes dos jornalistas interagiram com as vozes das fontes propondo um sentido para os acontecimentos. Se, por um lado, os Sem-Terra indicam para as autoridades governamentais os latifúndios improdutivos, dialogando com o governo e a sociedade, através da imprensa, esta, por sua vez, enquanto “expositora do real” e, como tal, mediadora dos sujeitos envolvidos neste real, constrói seu discurso pela articulação das vozes dos vários sujeitos em conflito. As palavras de Bakhtin reforçam esta afirmação:

Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. Por isso, a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade (BAKHTIN, 2002, p.19).

### A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos

Outro autor que pode nos ajudar neste estudo é Pêcheux (1975). Na obra “Semântica e discurso”, ele fala que a atividade discursiva é uma das formas de manifestação da ideologia. Conforme Pêcheux, o sujeito interpelado ideologicamente e também assujeitado exerce a atividade discursiva que é travada no seio das instituições sociais, em que se refletem conseqüentemente as lutas de classes, que por sua vez trazem imbricadas no seu processo de produção sinais de formação, reprodução, transformação das condições em que foram produzidas. Tudo isso leva à compreensão do discurso enquanto uma prática discursiva. Isso também significa dizer que o discurso é considerado no âmago de uma estrutura de formações sociais. A ideologia, portanto, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos.

Uma outra noção também é incorporada à AD por Pêcheux (1969). Trata-se da noção de situação, enquanto condição de produção, noção esta que se encontra intimamente vinculada ao descentramento do sujeito, na teoria do discurso. As condições de produção do discurso permitem que seja identificado o sistema em que um discurso é produzido e também suas contradições. Nesse todo de interpelações, o sujeito produz seu discurso como efeito desse conjunto, e não como fonte de conhecimento. Esse discurso, portanto, é constituído na representação desse imaginário social. Para Maingueneau (199830), a noção de condições de produção, advinda da psicologia social, foi reelaborada, no campo da Análise de Discurso, por Pêcheux para designar não somente o meio ambiente material e institucional do discurso, mas ainda as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua

identidade, assim como do referente de seus discursos. É com as condições de produção que emerge a determinação histórico-social do discurso. A exterioridade, o processo histórico-social, em outras palavras, as condições de produção são, portanto, constitutivas do discurso.

Os sentidos não estão nas palavras, não existem em si mesmos, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, conforme Pêcheux (1975 apud Orlandi, 2000: 40). Assim, as palavras mudam de sentido dependendo da posição do sujeito que as emprega. As palavras, portanto, se significam, tiram seu sentido dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Portanto, num funcionamento discursivo, entendido como “a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 1996: 125), existem diferentes sentidos que podem ser compreendidos a partir da referência à formação discursiva. As palavras podem ser iguais, mas com significados diferentes, ao se inscreverem em formações discursivas diversas.

Para compreender o funcionamento discursivo, o modo de funcionamento da linguagem, é fundamental que se compreenda de antemão os dois grandes processos de linguagem (ORLANDI, 1996: 27): a paráfrase (a matriz) e a polissemia (a fonte de sentidos), isto porque, correspondentemente, esta revela ambigüidade (o diferente), e aquela, a sinonímia, o mesmo. Portanto, a paráfrase e a polissemia são, igualmente, determinantes para o funcionamento da

**Embora os discursos se repitam, os sentidos nem sempre são os mesmos**

linguagem. A paráfrase, considerada na lingüística como a matriz do sentido, constantemente se conflita com a polissemia que desloca “o mesmo” para o diferente, para o múltiplo, por isso considerada a fonte de sentido, por ser a própria condição de existência da linguagem. Por que haveria necessidade do “dizer”, se o sentido não fosse múltiplo? Dá, portanto, para se compreender que os dois processos se confrontam, se conflitam e são atuantes, na mesma proporção, na produção da linguagem, na produção de discursos, portanto, de sentidos. É nesse movimento que os sujeitos se significam, em suas significações: remetendo a já ditos, mas de modos diferentes, com outros sentidos, com outros significados. Então, esse sujeito, para Pêcheux, é descentrado, cindido, iludido sobre sua autonomia. Constitui-se pela dispersão/multiplicidade de discursos e, ao enunciar, o faz ocupando várias posições que marcam a heterogeneidade constitutiva de redes de filiações históricas e ideológicas.

Nesse sentido, podemos dizer que embora os discursos se repitam, seria enganoso acreditar que os sentidos sejam sempre os mesmos. Os sentidos produzidos não são os mesmos, porque as condições em que foram produzidos não são as mesmas, e por isso remetem a dispersões, repetições e à repartição de enunciados. Em outras palavras, nesses discursos está presentificada uma teia de saberes de diversas Formações Discursivas (FD), que entrelaçadas reinscrevem novos modos de dizer, novas falas, por conseguinte, saberes novos, novos sentidos com efeito duplo: “reproduzir e ao mesmo tempo transformar” os saberes que estiverem inscritos nas FD. Desta maneira, a língua não é apenas estrutura, mas também,

acontecimento, ou seja, as relações de linguagem produzidas pela ação humana são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos diversos, múltiplos. Aqui, então, cabe a definição de “discurso como efeito de sentidos entre locutores”(ORLANDI, 2000: .21). Nessas relações existe, portanto, a figura do sujeito que fala (o falante) e a do sujeito que ouve (o ouvinte), representados nos estudos da linguagem pelo processo que reúne o “eu” e o “outro”. O sujeito não tem pleno controle sobre o que diz, pois há sempre um equívoco entre o que é dito e o que se esconde e não se aloja no dizer.

Todo esse aparato conceitual até esse momento, com referência à AD, incide em desdobramentos teóricos que desaguam na problemática da heterogeneidade, marcada com relevância pelos trabalhos enunciativos de Jacqueline Authier-Revuz (1982). Essa autora desenvolve seus estudos no terreno da enunciação (heterogeneidade e não-coincidências), sob a ênfase de teorias da enunciação. Essas teorias estão materializadas em trabalhos que estudam fatores e atos que provocam a produção de um enunciado. Tais estudos fazem uma reflexão sobre questões de interlocução, intersubjetividade, tempo e lugar. Procuram preencher os furos da lingüística pelo entendimento de que o estudo semântico dos enunciados é frágil, insuficiente, quando não se considera a enunciação.

“No fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz, um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inserem, em sua linearidade, o outro”, (AUTHIER-REVUZ, 1982: 02) como marcas no discurso. Dessa forma, reiterando, a autora francesa, em seus estudos, distingue

**O sujeito não tem pleno controle sobre o que diz, pois há sempre um equívoco entre o que é dito e o que se esconde e não se aloja no dizer**

dois tipos de heterogeneidade: a heterogeneidade mostrada, que indica a presença do outro no discurso do locutor (discurso direto, discurso indireto, aspas, por exemplo); e a heterogeneidade constitutiva, que consiste em “uma modalidade implícita que esgota a possibilidade de captar lingüisticamente a presença diluída do outro no “um”. A heterogeneidade constitutiva conduz o sujeito do discurso a um “vertiginoso interdiscurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982: 32 ). A teoria da heterogeneidade que traz a noção do sujeito dividido, clivado, um sujeito efeito de linguagem, que assume uma posição de exterioridade, em relação à linguagem, de onde o sujeito falante poderia tomar distância, afirma: “todo discurso parece constitutivamente atravessado por outros discursos e pelo discurso do Outro. O Outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante, que não é fonte-primeira desse discurso” (1982: 59).

Os trabalhos de Authier-Revuz inauguram uma prática de leitura que é relacionada ao que é dito na formulação em análise com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar os não-ditos no interior do que é dito. Pode-se pensar, portanto, nessa possibilidade metodológica, pelo fato de que uma formulação – reportando-me à teoria pecheutiana – traz uma estrutura léxico-sintática determinada, lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, que convoca a interpretação. Dado que uma formulação também pode ser analisada a partir de brechas interpretáveis, de pontos de deriva, neste trabalho procuro na materialidade lingüística que constitui o *corpus* de análise, as pistas

discursivas que me possibilitam fazer uma análise dessas formulações, identificando a presença do outro, no discurso das egressas. Isto significa dizer que numa descrição de uma formulação discursiva entra em cena o discurso-outro, como diz Pêcheux (1990 a, 54-5) como espaço virtual de leitura. Em outras palavras, segundo Indursky, instaura-se uma presença virtual que só pode ser percebida, como já foi dito, pelo confronto que dela se faz, pelo viés da reconstrução teórica, com a memória discursiva (TN-DURSKY, 1997: 42). Percebe-se a presença virtual do outro no discurso. Trata-se da memória social inscrita no âmago das práticas discursivas. Assim, conforme as repetições se apresentam no fio do discurso como paráfrases discursivas, no processo discursivo variações e transformações instauram-se. Achard (1999) em *Papel da Memória*, quando argumenta sobre a questão da memória discursiva diz que esta noção é decorrente da relação dialética estabelecida entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido. Segundo Achard (1999), essa regularização se dá necessariamente sobre o reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Desse modo, assim diz esse autor:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re) construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, 1999: 11 - 13).

**Quando um enunciado é atualizado pela enunciação, dá-se a formulação de um acontecimento**

Na perspectiva da AD, é no âmago da família parafrástica, construído por repetições, que se pode estabelecer a repartição e, por conseguinte, a regularização do sentido. Assim sublinha Achard: a memória não restitui frases ouvidas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstruído através das operações de paráfrase (1999: 16.). Ou seja, a memória que o discurso supõe é sempre uma memória que se reconstrói na enunciação. Nesse processo, a enunciação não surge do locutor, mas de um conjunto de formas operacionais de retomadas e circulação do discurso. Courtine (1981-1983 cf. SCHONS, 2000) procedeu a um deslocamento dessa categoria para o seio da AD, estabelecendo relação com uma teia de noções que dão solidez à teoria do discurso. Para iniciar, Courtine relaciona memória discursiva à categoria de enunciado e aparelhos ideológicos. Em outras palavras, a memória discursiva decorre da “existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (COURTINE: 53). Isto posto, significa que as repetições ou apagamento de qualquer saber de uma FD, isto é, de um enunciado, assinala para o que esse autor denominou de memória discursiva.

Pode-se dizer que isso acontece na relação do interdiscurso com o intradiscurso, mediante articulação de enunciado com a enunciação particular. Isto é, quando um enunciado é atualizado pela enunciação, dá-se a formulação de um acontecimento. E mais, uma formulação-origem é sempre reatualizada num momento específico, numa dada conjuntura, também específica. Assim posta esta categoria, a memória discursiva, permite ao analista de discurso enxergar

## **Ao capital simbólico cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade**

no interior do discurso, um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior. O efeito da memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso, que se pretende homogêneo. Essa categoria analítica é essencial para que seja estudada a heterogeneidade - mostrada, conforme definições de Authier-Revuz, contempladas na ordem do discursivo. Neste trabalho, a noção de campo, emprestada de Pierre Bourdieu (1989, 1992, 1996 e apud Berger, 1998), é outra forma de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade -, para relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica. De acordo com o autor, o território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irredutível e lutam por ele. Bourdieu (1996) enfatiza que os fenômenos contemporâneos existem em relação e propõe a noção de campo para examinar situações concretas:

[...] não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de produção - e, por outro lado, às Posições ocupadas por seus autores no campo da produção - e ao mercado para o qual foram produzidas. (BOURDIEU, 1996: 129)

Segundo Berger (1998), ao identificar leis gerais de constituição e relacionar campo e capital (artístico/prestígio; político/poder; religioso/fé), Bourdieu oferece a possibilidade de se ampliar esta noção para outras esferas, como as referentes à comunicação e ao jornalismo. Na descrição de Bourdieu (1989) acerca dos capitais, aparece um -

o simbólico - como superior aos demais, por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos. A este capital cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade. Conforme Berger (1998), a luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de legitimar ou deslegitimar. Esse poder se concentra em quem escolhe o título, a imagem, a notícia principal, o espaço ocupado.

### **Sentidos legitimantes e deslegitimadores nos jornais nordestinos**

Tendo como lugar da produção dos acontecimentos o MST e o lugar da produção das notícias - os Jornais Nordesteiros (JNs) - podemos desvendar o lugar de encontro dessas duas instâncias representativas do campo social e do campo midiático. Os acontecimentos vividos pelos Sem Terra e apreendidos pelos jornalistas conduzem à cena discursiva em que o MST enunciado nos jornais produz um MST do jornais nordestinos. Na aparente descrição do acontecimento imediato, há a estruturação de um saber mais profundo sobre ele, reiterando, assim, o ponto de vista (político e social) não apenas de um movimento social, mas, da interpretação do mundo. Todo discurso, mas de modo ainda mais evidente o jornalístico, carrega uma tensão entre o texto e as condições de produção, ou seja, o sujeito jornalista convive em tensão com suas fontes, com a empresa jornalística e com os telespectadores, confirmando que as condições incluem a produção, a circulação e o reconhecimento, e que estas formatam e moldam o modo de dizer as coisas do mundo. Tais condições acham-se,

portanto, não do lado de fora do discurso, mas, absolutamente inseridas nele.

Ao inserirem-se na economia política concreta, os meios de comunicação de modo algum se limitam a reproduzir os padrões de enquadramento vigentes: como atores interessados eles interferem diretamente nessa reprodução, mesmo que sua própria intervenção seja limitada estruturalmente – tanto cognitiva quanto ideologicamente – por suas condições de produção e pelas variações históricas, sociais e culturais que se impõe sobre as diferentes formas de consumo e recepção dessa mesma produção. Estudar o MST no e do jornais nordestinos possibilita, portanto, conhecer “os sentidos construídos” sobre os Sem Terra (através dos signos que os nomeiam) mas, também, do MST como uma construção acerca dos movimentos políticos que se opõem ao sistema/governo. Observando as conexões entre a linguagem e o mundo, na situação das vozes em disputa pelo poder de nomear, diferenciamos os enunciadores/proprietários dos enunciadores/jornalistas que, no ofício da enunciação, desnudam-se e manifestam sua condição de sujeitos. A definição do *corpus* apropriado para checar a hipótese teórica parte da definição de Michel Pêcheux (1990) sobre corpo discursivo:

[...] um conjunto de seqüências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa (PÊCHEUX,1990: 58).

**Ao inserirem-se na economia política concreta, os meios de comunicação de modo algum se limitam a reproduzir os padrões de enquadramento vigentes: eles interferem diretamente nessa reprodução**

Buscando dar conta dessa compreensão e delimitando o corpus restrito desta pesquisa, observamos as matérias sobre os Sem Terra veiculadas em jornais nordestinos no mês de abril de 2004, por ocasião do tão anunciado “abril vermelho. Com isso, refizemos o percurso das ações ocorridas nesse período e verificamos as “modalidades do dizer” das notícias sobre ocupações. A observação de 27 títulos de matérias em jornais nordestinos que, no período investigado, trataram das ocupações e do Movimento dos Sem Terra ajudou-nos a realizar uma análise quantitativa e qualitativa dos jornais, situando-nos em relação à visibilidade do MST e permitindo identificar os enquadramentos usados e os efeitos de sentido produzidos, comprovando ou não a hipótese central desta pesquisa. Por isso, centramos a análise nos enquadramentos usados pelo principais jornais da região Nordeste para descrever os eventos envolvendo o MST e oferecidos a uma audiência numericamente – e, logo, politicamente – importante. A justificativa para fazer a análise através de um estudo comparativo dos títulos nos jornais sustenta-se em Fausto Neto (1988: 40), quando diz que através deles se anunciam uma intenção de leitura: “o título é o lugar da nomeação onde se dá início a própria identidade do acontecimento”. O autor não só afirma que “os títulos podem com justeza ser considerados o grande dispositivo de nomeação do mundo moderno”, como ainda confirma a importância de estudá-los:

[...] por isso, o estudo dos títulos da imprensa reveste-se de particular importância para a compreensão dos mecanismos discursivos que intervêm na elaboração de um sentido único que se autolegitima pela sua própria enunciação[...]. (FAUSTO NETO, 1988: 109)

No caso do MST, os títulos das matérias constituem, para muitos leitores, a única informação, pois conflitos em torno da posse da terra não dizem respeito, diretamente, a quem não é proprietário de terra; não emocionam como uma

desgraça; não mobilizam como uma tragédia e não se enquadram na informação indispensável à vida urbana/cotidiana. Como aparece, então, o discurso dos JNs sobre a questão agrária brasileira? Observemos o quadro.

DATA	JORNAL	TÍTULO
28.03.04	CORREIO DA BAHIA	Sem-terra mantém ocupação no prédio da CDA em Ondina
10.04.04	CORREIO DA BAHIA	Sem-terra ameaçam fazer novas invasões depois da Semana Santa
21.04.04	O POVO (CE)	MST invade terras em quatro estados
20.04.04	O POVO (CE)	O MST declarou que as ocupações acabarão se Lula cumprir a Constituição, e a reforma agrária for feita
10.04.04	O NORTE (PB)	Integrantes do MST invadem mais 2 fazendas no interior de SP.
17.04.04	O NORTE (PB)	Famílias sem-terra ocupam Fazenda Olho D'Água em JP
06.04.04	MEIO NORTE (PI)	MST fará mais 3 ocupações no Piauí
14.04.04	MEIO NORTE (PI)	MST pede vistorias ao Incra para fazer invasão
07.04.04	GAZETA DE ALAGOAS	Sem-terra iniciam protesto e invadem escola em Maragogi
30.04.04	GAZETA DE ALAGOAS	Ocupações já atingem 5 estados
11.04.04	JORNAL DO COM-MÉRCIO (PE)	Ocupações do MST devem acontecer nesta segunda
12.04.04	JORNAL DO COM-MÉRCIO (PE)	Sem-terra invadem duas fazendas no Agreste

DATA	JORNAL	TÍTULO
20.04.04	JORNAL DO COM- MÉRCIO (PE)	Sem-terra fizeram 90 invasões desde março
14/04/04	DIÁRIO DE NATAL	Movimento prevê novas ocupações
28.04.04	JORNAL DE SERGIPE	MST ocupou dez propriedades rurais
29.04.04	JORNAL DE SERGIPE	“Abril Vermelho” tem recorde de invasões de terra no Brasil
30.04.04	JORNAL DO MARA- NHÃO	“Abril vermelho” realiza 109 invasões no país

Em estudo sobre a retórica da manipulação, Bacega considera que os pares opositivos *invadir* e *ocupar* fixam situações linguisticamente significativas daquilo que chamamos relação retórica-manipulação. Efetivamente, os lexemas *invadir* e *ocupar* promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação dos Sem Terra. *Invadir* carrega semas

como “tomar aquilo que não nos pertence”; já o lexema *ocupar* nos indica semas como “estar em lugar devoluto”. Assim poderíamos ter de, retoricamente, partir de um mesmo pressuposto, espécie de lexema de anterioridade, determinado por um elemento espacial, a terra e pelos pontos de vista ideológicos sobre ela. (Bacega, 1989: 25)

### Espacialidade + ideologia

INVADIR	OCUPAR
Existe um obstáculo (legal, no caso)	Não há obstáculo
Este obstáculo é vencido	Trata-se de algo devoluto
Vencer, significa, aqui, transgredir	Não há transgressão
A transgressão permite punição	Não pode haver punição
O ato é ilegal	O ato é legal

A propósito do quadro formulado por Baccega (1989: 25-29), podemos observar que os lexemas *invadir* e *ocupar*, utilizados muitas vezes com mesmo sentido pelos jornais nordestinos, promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação dos Sem Terra. Portanto, para a autora (1989), os semas legalidade e ilegalidade, que estão na base do confronto entre as posições conservadoras e progressistas, são trabalhados segundo cânones persuasivos que visam a transacionar, através do plano ilocucional, certas crenças que se deseja fazer passar pragmaticamente à população. Assim os lexemas *invadir* e *ocupar* serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções de organização da sociedade.

Ou seja, os JNs ao optarem, na maior parte das vezes, por *invadir* faz a escolha de um, o que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso optasse por *ocupar*, ele estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria ação da repressão.

Nesse sentido, podemos dizer que o segundo quadro mostra quantitativamente que os JNs classificaram o MST como “fora da lei”, optando por denominar a ação dos Sem Terra de invasão quando havia, também, a possibilidade de designá-la por ocupação. A opção por uma ou outra expressão não é gratuita e se explica pela proposição de sentido nela embutida. As palavras carregam consigo um conteúdo e uma vivência. Já mencionamos aqui que os textos jornalísticos se referem a fatos do mundo e são resultados

## Os lexemas *invadir* e *ocupar* serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções de organização da sociedade

de processos de interpretação e construção de sentidos, em que se encontra sempre presente a heterogeneidade constitutiva ou mostrada. A polifonia no texto jornalístico, portanto, torna-se uma eficiente estratégia de sugerir a enunciação dos jornais nordestinos como verdadeira. Assim, é na notícia rotineira, freqüente e redundante que se produz a “visão de fundo” do movimento. Talvez este trecho extraído de Bourdieu (1989: 11-12) resuma bem a questão, para a retomada e análise mais apurada das quatro últimas matérias do quadro II:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses [...] por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima [...] do poder de impor [...] instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários — embora ignorados como tais — da realidade social (BOURDIEU, p.11-12).

Segundo Ferreira (1986), um dos significados de *invadir* é “entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar”, e de *ocupar*, “invadir, conquistar”. Esses significados do dicionário poderiam levar a concluir que haveria pouca diferença entre as duas expressões. Contudo, pelo que notamos no *corpus*, ao usar com mais freqüência *invadir* ao invés de *ocupar*, os JNs parecem se referir às duas primeiras definições, que possibilitam uma avaliação negativa sobre o MST, colocado no terreno do uso da força e da ilegalidade. Já o MST, ao usar *ocupar*, refere-se, possivelmente, a conquistar

(e não invadir) e, dessa forma, tenta estabelecer a sua definição como legítima e positiva.

Com isso podemos ressaltar, inicialmente, que nos títulos das matérias de nossa amostra, aparece o sentido dado pelos jornais nordestinos, quando enfatizam a preponderância do discurso utilizado pelos fazendeiros. Podemos observar isso na frequência com que os jornais recorrem ao termo invadir (versão oficial dos fazendeiros) para concluir as matérias sobre os conflitos de terra. Outro sentido significativo: a deslegitimação da ação dos Sem Terra. Mesmo lançando mão de vozes antagônicas, a cobertura faz uso de um enquadramento deslegitimador em relação ao Movimento dos Sem Terra, reforçando elementos que colocam o MST na ilegalidade através de textos e imagens que correspondem à posição-sujeito do governo e dos latifundiários, que classifica a ação do movimento como fora da lei. Embora seja evidente que esse tipo de enfoque tende a se viabilizar em conjunto com a simples cobertura da escalada das tensões – já caracterizado anteriormente – ele possui, contudo, a sua própria especificidade e autonomia em relação ao item anterior. De modo que, independentemente do aumento ou diminuição da tensão e da efetivação ou não de confronto, a desqualificação narrativa do uso de medidas radicais por parte do MST pode se dar, através, por exemplo, da abertura para o discurso das autoridades, da manipulação inadequada, mas eficiente, de termos como invadir e ocupar com significações supostamente semelhantes.

Tomando por base o resultado dessas observações e a fim de comparar os

**Mesmo lançando  
mão de vozes  
antagônicas,  
a cobertura  
faz uso de um  
enquadramento  
deslegitimador  
em relação ao  
Movimento dos  
Sem-Terra**

diferentes modos de dizer (vozes) que formam o “campo de forças” que é a cobertura de um evento político, escolhamos alguns títulos, sabendo que eles contêm, na essência, os demais, pois as ocupações e as suas coberturas, repetem-se, adequadas apenas aos contextos políticos, embora nesse caso o acontecimento apareça em situação de destaque pela ousadia dos Sem Terra em anunciar o fato mesmo antes dele acontecer, merecendo mesmo assim, uma ampla cobertura. A nosso ver, os títulos escolhidos são ilustrativos do sentido dado pelos jornais ao tema. Por isso, consideramos conter, neste pequeno conjunto, uma representatividade que possibilita estudar os Sem Terra do jornais nordestinos enquanto um corpo discursivo, que contém a unidade do discurso jornalístico sobre o MST e a pluralidade das vozes que o constituem e lhe dão condições de existir.

Dirigindo nossa atenção para os termos invasão, ocupação ou seus derivados, observa-se que os enunciadores da narrativa jornalística tomam essas diferentes designações em sua relação parafrástica, em suas relações de substituição. Esse relacionamento, essa superposição, essa transferência é entendida por Pêcheux (1988: 263) como um processo de “metaphora”. Assim procedendo, eles mobilizam as duas designações provenientes dos lugares políticos em conflito e sua narrativa não se encontra inscrita em uma Formação Discursiva específica. Ao contrário. Essa constatação indica que, no que tange ao discurso dos jornais nordestinos sobre os Sem Terra, a narrativa veicula mais de uma posição-sujeito, mas, ao fazê-lo, mobiliza de forma aparentemente indiferente, uma pela outra, as diferentes designações, não se atendo aos efeitos de sentido, tal como descritos anteriormente.

De acordo com Orlandi “os discursos sobre são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É nesses discursos que se trabalha a idéia de polifonia. Ou seja, o discurso sobre é um lugar importante para organizar as diferentes vozes” (ORLANDI, 1990, p.37).

Nessa perspectiva, pode-se perceber que as diferentes vozes envolvidas no conflito estão devidamente representadas. Então, poderíamos perguntar, em qual Formação Discursiva inscreve-se o discurso dos jornais nordestinos? Tais percepções nos levam a fazer a seguintes conclusões preliminares: as duas designações identificam duas posições-sujeito inscritas em Formações Discursivas antagônicas; as duas designações coexistem no discurso jornalístico sobre o MST e os JNs tendem a identificar-se com uma dessas posições. A partir dessas observações, é possível afirmar que o discurso jornalístico, por ser uma modalidade de discurso sobre, só pode inscrever-se em uma formação discursiva se ela for heterogênea, de tal forma que permita a veiculação de diferentes vozes. Ou seja, a Formação Discursiva do discurso jornalístico é desigual a ela mesma. Só assim é possível explicar a presença, em seu discurso, de posições-sujeito antagônicas. Tal fato poderia, entretanto, conduzir à ilusão de que os JNs não se identificam com nenhuma dessas posições; que as diferenças constatadas ocorreriam, quando muito, por conta das posições assumidas pelos sujeitos enunciadore das matérias examinadas. Em suma, que a tão decantada neutralidade dos jornais em geral, e do telejornal analisado em particular, está preservada.

Entretanto, a polifonia no discurso dos JNs, além de manifestar as vozes antagônicas sobre a questão agrária, também aponta

## **Caracterizar o discurso dos jornais nordestinos como polifônico não significa descartar as implicações subjacentes que garantem o sentido monofônico**

em direção a um único sentido. Pois, se num dado momento divulgam as ocupações de terra lançando mão de designações da posição-sujeito dos Sem Terra, passou a ter efeitos negativos para o movimento reforçada pelo uso, em maior parte, da designação da posição sujeito dos fazendeiros e do então governo, e pelo embaralhamento parafrástico dos termos invadir e ocupar – utilizados com o sentido de ilegalidade – embora representassem posições ideológicas diferentes. Assim, a heterogeneidade das matérias apenas deixa evidente que os jornais nordestinos são partículas de um corpo histórico-social. Enquanto tais, interagem com outros discursos de que se aposa ou diante dos quais se posiciona para construir sua fala, caracterizando-se como dividida, clivada e cindida.

### **Afinal, legitimação ou deslegitimação?**

Caracterizar o discurso dos jornais nordestinos como polifônico não significa descartar as implicações subjacentes que garantem o sentido monofônico do discurso dos JN. Mesmo fazendo circular vozes concorrentes e antagônicas, há vozes que predominam, não só pela presença mais constante nos jornais, mas inclusive na enunciação dos jornalistas, que passam a enunciar na perspectiva dessas vozes dominantes. Há diferenças na forma como proprietários e trabalhadores são referidos nos jornais. O sentido negativo na referência aos trabalhadores, contudo, aparece principalmente na expressão invasor (e no verbo invadir), associada a todas as formas anteriores já mencionadas. Há textos em que os trabalhadores são tratados somente como invasores, ignorando-lhe sua condição de trabalhador, seja qual for sua especialidade.

A partir desse tipo de atribuição negativa e da possibilidade de enquadramento da fala dos trabalhadores no discurso de populares, podemos observar um movimento de deslegitimação do discurso dos trabalhadores.

É válido lembrar que a análise aqui realizada não se dá sobre os discursos de cada categoria incluída na questão agrária, mas sim, da análise do discurso dos jornais nordestinos sobre o MST. Mesmo assim, julgamos pertinente retomar Bourdieu (1989: 186) a respeito da discussão língua dominante/língua dominada, quando ele observa que “aquilo que é chamado de ‘língua popular’ são modos de falar que, do ponto de vista da língua dominante, aparecem como naturais, selvagens, bárbaros, vulgares”. Os jornais parecem tentar uma pertinência dos trabalhadores a essa categoria, onde se enquadrariam também as situações de invasão, de pressão e de violência física envolvendo o MST. Ao associar o movimento ao termo “invasores”, tenta-se passar a idéia de “desordeiros” e ameaçadores da democracia e, por consequência, fora-da-lei. Dessa maneira, os sentidos que os jornais nordestinos pretendem legitimar vão ao encontro dos valores defendidos pelos segmentos representados pelas perspectivas de enunciação dominantes, que são os valores neoliberais – da propriedade, da auto-regulamentação do mercado, da atividade empreendedora, do uso de novas tecnologias, da mínima interferência do Estado na economia. Ao contrário, todos os ideais que se chocam com esses valores, que se contrapõem a eles – aqui representados pelos discursos do MST –, são deslegitimados nos jornais nordestinos. Enfim, o discurso jornalístico dos JN, apesar de ter como característica a heterogeneidade, a polifonia, tem um funcionamento autoritário, direcionando sentidos,

contribuindo para reafirmação de consensos de significação da hegemonia discursiva. A formação discursiva dominante circula nos jornais nordestinos sempre promovendo a deslegitimação dos Sem-Terra, expulsando e negando a sua condição reivindicatória.

### Sobre o autor

Manoel Moura dos Santos, jornalista, mestre em Comunicação pela UFPE, especialista em Filosofia da Ciência, Propaganda e Marketing (ambas pela UPE), e professor das faculdades Marista e Maurício de Nassau. Atualmente, é consultor em Comunicação Empresarial.

### Referências

- ACHARD, Pierre [et al] *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade Mos-trada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*. DRLAV, 26, Paris, Centre de Recherche de L'UNIVERSITÉ de Paris. V, 11, 1982. Trad. Alda S. e Elsa M. Ortiz.
- BACCEGA, M. Aparecida. Retórica da manipulação: os Sem-Terra nos jornais. *Revista Comunicações e Artes*, São Paulo, ano 14, n.20, pp.23-29, set/out. 1989.
- BAKHTIN (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Anna Blume/Hucitec, 2002 [1929].
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel/Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP. Pontes: Ed. UNICAMP. 3.ed.1997.

ORLANDI, Eni Pucinelli (1996). *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 4.ed.

PÊCHEUX, Michel. (1969). *L'analyse automatique du discours*. Paris, Dunot, trad. Bras. GADET & HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990p. 61-165..

\_\_\_\_\_. &FUCHS, C. (1975) A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectiva. IN: GADET F. & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: ed. Da UNICAMP, 1993. p.163-252.

\_\_\_\_\_. (1988). *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, p.52, 1995.

\_\_\_\_\_. (1938-1983) *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

SCHONS, Carmem R. *Saberes anarquistas: reiteraões, heterogeneidades e rupturas*. Passo Fundo: UPF, 2000. 180p.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.